



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
__nso@tre-se.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA - NIS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamento Scanner de Raio X, com monitor, esteira e nobreak, para inspeção de bagagens de mão, incluindo o serviço de instalação, treinamento para operação do equipamento, assistência técnica e garantia pelo prazo mínimo de 24 meses.

1.2. Descrição do objeto e preço estimado:

ITEM	CÓDIGO SIASG (catmat ou catser)	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
1	607242	Aparelho Detector De Arma / Explosivo Por Raio X Tipo: Máquina De Scanner De Bagagem Por Raio-X Modelo: Fixo Monitor Víde: Mínimo 21 POL Velocidade Do Transportador: 0,20 A 0,30 M/S Tensão: Bivolt Aplicação: Inspeção de Bagagens	Scanner de Raio X, com monitor, esteira e nobreak, destinado à inspeção de bagagens de mão, incluindo o serviço de instalação, treinamento para operação do equipamento, assistência técnica e garantia pelo prazo mínimo de 24 meses. OBS: Vide especificações indicadas no item 3 deste Instrumento.	UN	1	R\$94.500,00

1.3. Condições de fornecimento do objeto contratado:

1.3.1. O objeto deverá ser entregue ao Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais (NIS), localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, CEP 49081-000, Aracaju/SE, no horário das 8 às 13 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

1.3.2. O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato ou do recebimento ou retirada da Nota de Empenho, conforme o caso;

1.3.2.1. Presume-se recebida ou retirada a nota de empenho após 2 (dois) dias úteis do seu envio à contratada, se outra data não houver sido registrada;

1.3.3. Ao TRE/SE fica reservado o direito de recusar de pronto o equipamento que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do objeto;

1.3.4. O produto entregue deverá obedecer às características físicas e técnicas correspondentes aos elementos contidos nas especificações expressas neste Instrumento;

1.3.5. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. Justificativa para contratação do objeto:

2.1.1. Cumprir o disposto no art. 14, V, da Resolução Nº 435/2021 do CNJ, que determina a adoção de medidas de segurança no âmbito dos Conselhos e Tribunais com o intuito de assegurar as condições básicas de segurança que contribuem de forma acessória para o cumprimento da missão institucional;

2.1.2. Executar, efetivamente, as atividades de segurança orgânica, relativas aos subplanos Pessoal e Patrimonial, constantes do Plano de Segurança Orgânica (PLASO) deste Tribunal, conforme [Resolução TRE/SE 48/2023](#).

2.2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento:

2.2.1. O objeto da contratação está previsto em Instrumento de planejamento deste Tribunal, conforme Plano de Contratações Anual (Anexo I) - Exercício 2024, aprovado pela Portaria TRE/SE 1035/2023 (Processo 0017730-75.2023.6.25.8000, documentos 1454636 e 1455144).

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Dados Gerais:

3.1.1. Dimensões: 1447mm (Comprimento) / 824mm (Largura) / 1198mm (Altura), com variação de até 20% para mais ou para menos;

3.1.2. Peso máximo: 340kg;

3.1.3. Temperatura e umidade de operação 0°C a 40°C / 5% a 95% (sem condensação);

3.1.4. Temperatura e umidade de armazenamento -40°C a 60°C / 5% a 95% (sem condensação);

3.1.5. Alimentação 110 - 127VAC / 208 - 240VAC (-15% a +10%); 50Hz/60Hz, +/-3Hz 1.1.6 Potência acima de 400VA;

3.1.6. Dimensões mínimas do túnel: 574 mm (L) / 372 mm (A), com variação de até 15%;

3.1.7. Velocidade da esteira: 0,22 m/s, com variação de até 5% para mais ou para menos;

3.1.8. Altura da esteira: mínima de 654 mm;

3.1.9. Carga mínima na esteira: 60 kg;

3.1.10. Monitor: Alta resolução (mínimo de 17 polegadas);

3.1.11. Refrigeração: Óleo isolante.

3.2. Funções Padrão:

3.2.1. Discriminação automática de materiais orgânicos, inorgânicos e misto por colorização;

3.2.2. Salvamento automático de imagem;

3.2.3. Contador de bagagem;

3.2.4. Escaneamento contínuo;

3.2.5. Zoom superior a 64x;

3.2.6. Imagem colorida ou preto/branco;

3.2.7. Realce de borda;

3.2.8. Função de alta penetração (mínimo de 14mm);

- 3.2.9. Nitidez;
- 3.2.10. Exportação de imagem BMP, JPG, TIFF, PDF ou outros formatos similares e gratuitos;
- 3.2.11. Escaneamento em tempo real;
- 3.2.12. Sistema de auto diagnóstico;
- 3.2.13. Inversão de cor;
- 3.2.14. Manipulação de imagem em tempo real;
- 3.2.15. Algoritmo de detecção automática de droga, explosivo e materiais de alta densidade;
- 3.2.16. Capacidade de armazenamento superior a 20.000 imagens.

3.3. Acessórios:

- 3.3.1. Fonte de alimentação ininterrupta de energia elétrica (nobreak), adequada à demanda da potência nominal, necessária ao pleno funcionamento do equipamento;
- 3.3.2. Complemento de esteira.

3.4. Instalação:

- 3.4.1. O equipamento deverá ser instalado na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, localizada no Centro Administrativo Gov. Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000, Aracaju- SE;
- 3.4.2. A instalação do equipamento, de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), deverá ser feita até 30 (trinta) dias após a entrega (**item 1.3.2**);
- 3.4.3. A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer todos os insumos, suprimentos e componentes necessários para a instalação e pleno funcionamento do equipamento, não cabendo ônus adicional para a(o) CONTRATANTE;
- 3.4.4. Após a instalação, a(o) CONTRATADA(O) deverá providenciar a emissão de laudo técnico detalhado, comprovando atendimento às normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, quanto à emissão de radiação, assinado por supervisor de proteção radiológica, devidamente credenciado pela CNEN:
 - 3.4.4.1. O referido laudo técnico deverá ser entregue ao TRE/SE, em até 30 (trinta) dias após a instalação do equipamento.

3.5. Treinamento:

- 3.5.1. A(O) CONTRATADA(A) deverá enviar para aprovação da(o) CONTRATANTE, até 3 (três) dias após a entrega do objeto (**item 1.3.2**), o Programa de Instrução para realização do treinamento de operação contemplando o conteúdo programático do curso, bem como material didático (apostilas, livros e manuais em português);
- 3.5.2. O treinamento de operação **deverá possuir, no mínimo, 8 horas/aula** e será realizado no local de instalação do equipamento (**item 3.4.1**), em horário de expediente, das 7h às 13h, em até 3 (três) dias após a instalação;
- 3.5.3. O treinamento deverá incluir todo o material didático necessário (apostilas, livros e manuais em português) para o perfeito entendimento dos assuntos ministrados, abrangendo aulas teóricas e práticas, tanto do equipamento como dos acessórios;
- 3.5.4. O treinamento de operação do equipamento estará incluído na compra do produto, sem custo adicional, e será realizado para a equipe do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS e para a(o)s Vigilantes, **totalizando 12 (doze) participantes**. Ao final do curso, a(o)s participantes deverão estar aptos para, no mínimo:
 - 3.5.4.1. Operar plenamente todos os recursos do equipamento;
 - 3.5.4.2. Identificar e compreender a finalidade de todas as partes do equipamento;
 - 3.5.4.3. Configurar as variáveis de operação do equipamento;
 - 3.5.4.4. Verificar os ajustes e calibrações do equipamento;

3.5.4.5. Realizar os procedimentos para pesquisa de defeitos;

3.5.5. Após a realização do treinamento, a(o) CONTRATADA(O) deverá emitir, para cada participante, certificado de participação.

3.6. Garantia e assistência técnica

3.6.1. O prazo de garantia do equipamento e de seus acessórios será de **24 (vinte e quatro) meses**;

3.6.2. O prazo de garantia será contado a partir do recebimento do objeto, caracterizado pela assinatura do correspondente Termo de Recebimento Definitivo;

3.6.3. Durante o período de garantia, a(o) CONTRATADA(O) deverá prestar assistência técnica, **sem ônus para o CONTRATANTE**;

3.6.3.1. Na ocorrência de defeito ou vício de qualidade, o CONTRATANTE levará o produto até a assistência técnica autorizada ou especializada, desde que esta esteja localizada na cidade de Aracaju;

3.6.3.2. Caso a localização da empresa não se enquadre no critério acima ou esteja localizada em qualquer outro estado ou município da federação, a(o) CONTRATADA(O) deverá fornecer meios ao CONTRATANTE de encaminhamento e recepção do produto, e qualquer custo envolvido na obtenção da garantia será de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O);

3.6.3.3. Eventual extravio, atraso ou roubo do produto em trânsito é de inteira responsabilidade da(o) CONTRATADA(O);

3.6.3.4. A assistência técnica terá o prazo de até 30(trinta) dias, a partir da entrega ou retirada do produto, conforme o caso, para efetuar sua reparação ou substituição;

3.6.3.5. A(O) CONTRATADA(O) deve emitir um **termo de garantia de fornecimento de peças de reposição por um período de 05 (cinco) anos, a contar da data de instalação do equipamento**;

3.6.3.6. A(O) CONTRATADA(O) será responsável, durante o período de garantia (item 3.6.1), pela atualização de software e pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do equipamento, bem como dos acessórios fornecidos, sem custo adicional para o Tribunal, incluindo todos os serviços de mão-de-obra, despesas com deslocamento, peças e materiais substituídos;

3.6.3.7. A(O) CONTRATADA(O) deve **apresentar, em até 15 dias após a instalação do equipamento, para o período de garantia, um Plano de Manutenção Preventiva**, incluindo procedimentos de aferição, calibragem e de lubrificação do equipamento para garantir a conformidade das especificações funcionais recomendadas pela(o) fabricante, visando à eficácia operacional, e ainda, afastar ou reduzir ao mínimo a possibilidade de ocorrência de falhas ou deficiências operacionais, devendo abranger:

3.6.3.7.1. Cronograma das atividades de manutenção preventiva;

3.6.3.7.2. Descritivos detalhados das atividades a serem executadas e testes de efetividade do equipamento;

3.6.3.7.3. Indicar as atualizações e falhas dos componentes que devem ser corrigidas pela(o) CONTRATADA(O), durante o período de garantia;

3.6.3.7.4. Modelo de Ordem de Serviço para registro dos atendimentos das execuções das manutenções preventivas e corretivas, contendo a identificação da(o)s responsáveis pela execução e pelo acompanhamento no Tribunal;

3.6.3.7.4.1. A Ordem de Serviço (OS) deve conter todas as rotinas de execução e registros de falhas, reparos e outras ocorrências que existirem, informando os motivos da pane apresentada e as ações tomadas para saná-la;

3.6.3.7.4.2. Será emitida, para a(o) CONTRATANTE, 01 (uma) cópia da ordem de serviço devidamente preenchida e assinada pela(o) técnica(o) da(o) CONTRATADA(O);

3.6.3.7.4.3. Em caso de impossibilidade de solução quando da intervenção preventiva ou corretiva, deve-se destacar na Ordem de Serviço (OS) a previsão de restabelecimento, bem como das peças e componentes a serem substituídos;

3.6.3.7.5. Check-list de rotinas funcionais e operacionais, incluindo procedimentos de execução, em conformidade com as exigências e especificações da(o) fabricante, com vistas a minimizar a possibilidade de ocorrência de falhas ou deficiências operacionais;

3.6.3.8. As manutenções preventivas devem ser agendadas no Núcleo de Inteligência e Segurança

Institucionais (NIS), de acordo com o cronograma apresentado no **Plano de Manutenção Preventiva**. O agendamento deve ocorrer por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da realização das manutenções preventivas, informando a identificação da(o) técnica(o) (nome e RG). O endereço eletrônico será fornecido após assinatura do termo de contrato;

3.6.3.9. A(O) CONTRATADA(O) deve emitir relatórios das manutenções realizadas, constando análise das ocorrências de falhas, das medidas e procedimentos efetuados na solução, bem como o registro dos resultados, dando ênfase aos componentes e acessórios que demonstrarem a necessidade de ajustes e/ou substituições de peças, apresentando com periodicidade semestral à fiscalização do contrato, constando no mesmo, a identificação da(o)s responsável(is) técnica(o)s;

3.6.3.9.1. Manter registros de controle de manutenção do equipamento, no local de instalação;

3.6.3.10. A(O) CONTRATADA(O) deve dispor de canal de comunicação direto ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual dos chamados técnicos;

3.6.3.11. Durante o período de garantia, o atendimento de assistência técnica do equipamento deverá ser realizado no local de instalação, em até 48h (quarenta e oito horas) após o chamado técnico;

3.6.3.11.1. O prazo de recuperação do equipamento será contado a partir da abertura do chamado por escrito ou por registro eletrônico, com solução definitiva por prazo não superior a 72h (setenta e duas horas);

3.6.3.11.2. Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de 72h (setenta e duas horas), durante o período de garantia, deve ser providenciada a sua substituição por equipamento de características técnicas equivalentes ou superiores, em caráter provisório, no prazo de até 10 (dez) dias;

3.6.3.11.3. O prazo para o restabelecimento do equipamento inoperante, após a substituição em caráter provisório, é de até 30 (trinta) dias, a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica. Após este prazo, a substituição passará a ser definitiva, desde que o equipamento seja novo;

3.6.3.11.4. Se a substituição em caráter provisório do equipamento inoperante tiver ocorrido por um equipamento usado, a(o) CONTRATADA(O) deverá efetuar a retirada do mesmo e providenciar um novo equipamento para reposição simultânea, no mesmo prazo estabelecido no **item 3.6.3.11.3**, sem qualquer ônus para a(o) CONTRATANTE;

3.6.3.11.5. Caso o equipamento não atenda às funcionalidades constantes no Termo de Referência, após a manutenção, deverá ser substituído no mesmo prazo estabelecido através do **item 3.6.3.11.3**;

3.6.3.11.5.1. Caso ocorram 03 (três) chamados, devidamente formalizados, para problemas de mesma natureza no equipamento e acessórios integrantes do fornecimento, a(o) CONTRATADA(O) deverá substituir todas as partes integrantes que apresentarem defeitos repetitivos.

4. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto **será recebido pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante termo próprio, da seguinte forma:**

4.1.1. **Provisoriamente**, de forma sumária, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas;

4.1.1.1. A Gestão/Fiscalização da Contratação terá **2 (dois) dias**, a contar da entrega do objeto, para informar se o(s) produto(s) entregue(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas, emitindo, ato contínuo, **“Termo de Recebimento Provisório”**;

4.1.2. **Definitivamente, em até 15 (quinze) dias**, a contar da instalação e efetivo funcionamento do equipamento, desde que concluído o respectivo treinamento;

4.2. A Gestão/Fiscalização da Contratação fiscalizará o fornecimento do objeto contratado, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas, e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento, na respectiva proposta, na Nota de Empenho e no Contrato, conforme o caso;

4.3. A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE/SE, e os recebimentos provisório e definitivo não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) à(o) CONTRATANTE ou a terceiros;

4.4. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos sua(eu)s superiora(e)s hierárquica(o)s, em tempo hábil, a adoção

das medidas cabíveis;

4.. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, por parte da(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na entrega/execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Garantia da contratação:

5.1.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Transição contratual:

5.2.1. Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.3. Vistoria Prévia:

5.3.1. NÃO É OBRIGATÓRIA avaliação prévia do local de instalação do equipamento, entretanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria no local (item 3.4.1);

5.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes à(ao)s interessada(o)s em realizar a vistoria, devendo ser realizado agendamento prévio através do telefone (79) 3209-8762 e/ou do e-mail: nis@tre-se.jus.br;

5.3.3. Para a vistoria, a(o) representante legal da empresa ou a(o) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação;

5.3.3.1. A(o) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.3.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a(o) CONTRATADA(O) assumir os ônus dos serviços decorrentes;

5.4. Participação de cooperativas:

5.4.1. Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

5.5. Participação de consórcios:

5.5.1. Não é admitida a participação de interessada(o)s que se apresentem constituída(o)s sob a forma de consórcio, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Condições Gerais:

6.1.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.2. As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim:

6.1.2.1. **A(O) CONTRATADA(O) deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao Contrato.**

6.2. Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato:

6.2.1. A execução do contrato será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designada(o)s como *Agentes de Fiscalização*, ou por sua(eu)s substituta(o)s:

6.2.1.1. A FISCALIZAÇÃO será realizada por servidora(e)s lotada(o)s no **Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais do TRE/SE (NIS)**, que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento;

6.2.1.2. A GESTÃO (acompanhamento) da Contratação será realizada(o) pela(o) titular da **Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços** do TRE/SE (COSER), ou substituta(o) designada(o), que atuará em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento;

6.2.2. Quaisquer da(o)s servidora(e)s designada(o)s para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual terão poderes para determinar a correção de inconsistências, para propor alterações contratuais ou de procedimentos e para solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis:

6.2.2.1. Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade do equipamento, e seu funcionamento, com as especificações exigidas;

6.2.2.2. Determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução da Contratação;

6.2.2.3. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Contratação, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados;

6.2.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital, na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato;

6.2.2.5. Informar a sua(eu)s superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.2.2.6. Solicitar auxílio de unidades especializadas do TRE/SE, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.2.2.7. Promover a aceitação e o recebimento do objeto contratado, após verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital, na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato, procedendo-se a observação, se necessário.

6.3. Obrigações do TRE/SE:

6.3.1. Emitir Nota de Empenho;

6.3.2. Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a represente;

6.3.3. Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases;

6.3.4. Receber e conferir o objeto contratado, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades;

6.3.5. Efetuar o pagamento à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento e no Termo de Contrato;

6.3.6. Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail);

6.3.7. Assegurar o acesso às suas dependências da(o)s profissionais incumbida(o)s do fornecimento/execução do objeto, desde que se apresentem devidamente identificada(o)s e que respeitem as normas internas de segurança e disciplina do TRE/SE;

6.3.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)):

6.3.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.4. Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações:

6.4.1. A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além de cumprir as condições previstas em outras cláusulas/itens do Edital, deverá atender as seguintes obrigações e vedações:

6.4.1.1. Durante a fase pré-contratual a empresa obriga-se a comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública;

6.4.1.2. Comprovar o atendimento das seguintes condições:

6.4.1.2.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadora(e)s flagrada(o)s explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

6.4.1.2.1.1. O Cadastro de Empregadora(e)s previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Previdência na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 225 da [Portaria MTP 671/2021 \(https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf\)](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf);

6.4.1.2.2. Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#);

6.4.1.2.2.1. A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento;

6.4.1.3. Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Termo de Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para fins de assinatura do Termo de Contrato;

6.4.1.3.1. A(O)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON);

6.4.1.4. Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes;

6.4.1.5. Receber nota de empenho e assinar o respectivo Termo de Contrato.

6.4.2. Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deverá atender às obrigações diretamente relacionadas à execução, no que couber:

6.4.2.1. Indicar, no prazo de assinatura do contrato, 2 (dois) dias úteis, preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante;

6.4.2.2. Fornecer o objeto em conformidade aos parâmetros e rotinas estabelecidos no Edital, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

6.4.2.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado;

6.4.2.4. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação;

6.4.2.5. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

6.4.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e pelas demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto contratual;

6.4.2.7. Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela(o)s Agentes de Fiscalização do TRE/SE, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (e-mail);

6.4.2.8. Facilitar o pleno exercício das funções pela(o)s Agentes de Fiscalização do TRE/SE, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação;

6.4.2.8.1. Os esclarecimentos solicitados pela(o)s Agentes de Fiscalização do TRE/SE deverão ser

prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso;

6.4.2.9. Informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para receber a nota de empenho, realizar tratativas durante a execução da contratação, como também para receber eventuais comunicações referentes a atos processuais;

6.4.2.10. Observar a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/institucional/etica-e-integridade/etica-profissional-e-disciplina>.

6.4.3. É vedado à(ao) CONTRATADA(O):

6.4.3.1. Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

6.4.3.2. Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação;

6.4.3.3. Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

6.4.3.4. Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

6.5. Alteração das Condições da Contratação:

6.5.1. A contratação poderá ser alterada nos casos previstos nos artigos 124 a 126 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

6.6. Reajuste Contratual:

6.6.1. Os preços ofertados serão fixos e irredutíveis.

6.7. Suspensão da Contratação:

6.7.1. A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos arts. 115, §5º e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada a disponibilidade orçamentária por parte da(o) CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

6.8. Publicação:

6.8.1. Incumbirá a(ao) CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato, do correspondente Termo de Contrato e de eventuais aditamentos, quando existentes, no Diário Oficial da União, observado o prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.9. Extinção da Contratação:

6.9.1. A contratação poderá ser extinta nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021;

6.9.2. No processo que visa à extinção da contratação serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o **prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação**, para apresentação de defesa prévia escrita e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras;

6.9.2.1. A intimação para defesa prévia se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail) informado(s) pela(o) CONTRATADA(O) no momento de apresentação da correspondente proposta de preços e/ou cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento);

6.9.3. A competência para extinção da contratação é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias**, contado da data da intimação;

6.9.3.1. A intimação da decisão que determinar a extinção da contratação se dará por meio de publicação do correspondente extrato no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra do *decisum* por

meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento) e/ou fornecido(s) quando da apresentação da proposta de preços.

6.10. Infrações, Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

6.10.1. Configuram infrações administrativas às quais está sujeita(o) a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:

- 6.10.1.1. Dar causa à inexecução parcial da contratação;
- 6.10.1.2. Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.10.1.3. Dar causa à inexecução total da contratação;
- 6.10.1.4. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.10.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- 6.10.1.6. Prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- 6.10.1.7. Praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 6.10.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.10.1.9. Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

6.10.2. O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 7.10.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

- 6.10.2.1. Advertência;
- 6.10.2.2. Multa;
- 6.10.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 6.10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 6.10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.10.3.4. Os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- 6.10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

6.10.4. Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	

Multa	Todas aquelas previstas no item 7.10.1 deste Instrumento.	<p>1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.</p> <p>2. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>4 . Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 7.10.5.</p>	Secretária(o) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/SE
-------	--	--	---

Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. 	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretora(Diretor)- Geral do TRE/SE	<p>Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A natureza e a gravidade da infração cometida. • As peculiaridades do caso concreto. • As circunstâncias agravantes ou atenuantes. • Os danos que dela provierem para o TRE/SE. • A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
		<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da 		

<p>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar declaração falsa durante a execução da contratação. • Praticar ato fraudulento na execução da contratação. • Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. • Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013. 	<p>contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	<p>Presidente do TRE/SE</p>	
---	---	--	-----------------------------	--

6.10.4.1. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

6.10.5. As condutas irregulares sujeitas à **multa**, bem como respectivos percentuais, deverão observar o

disposto na tabela abaixo:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CÁLCULO	OBSERVAÇÃO
1	Deixar de fornecer o objeto no prazo estabelecido.	1,0% (um por cento) por dia de atraso contado do termo final estabelecido para o respectivo fornecimento, até o limite de 20% (vinte por cento) .	Valor GLOBAL do item contratado.	Se o atraso para atendimento dessa exigência superar o intervalo de 20 (vinte) dias , a(o) CONTRATADA(O) incidirá na hipótese 2 desta tabela.
2	Atrasar por mais de 20 (vinte) dias o fornecimento do objeto contratado.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) .	Valor GLOBAL do item contratado.	O TRE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir a contratação se o atraso for superior a 20 (vinte) dias .
3	Recusar injustificadamente o cumprimento de determinação da Gestão da contratação.	0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.	Valor GLOBAL do item contratado.	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.
4	Descumprir imotivadamente obrigação estabelecida neste Instrumento e no Contrato, após reincidência formalmente notificada pela Gestão da contratação.	0,7% (sete décimos por cento), por evento contado da segunda ocorrência.	Valor GLOBAL do item contratado.	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.
5	Deixar de prestar assistência técnica, quando solicitado, durante o prazo de garantia do produto.	1,0% (um por cento) por ocorrência.	Valor GLOBAL do item contratado.	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.

6.10.6. A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento;

6.10.7. As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

7. LIQUIDAÇÃO, PAGAMENTO E RETENÇÕES

7.1. Os procedimentos atinentes a liquidação, pagamento e retenções estarão indicados em

instrumento contratual.

7.2. Antecipação de Pagamento

7.5.1 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7.6. Cessão de Crédito

7.6.1 A presente contratação NÃO permite a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

7.7. Retenções na Fonte

7.7.1. O pagamento a ser efetuado em favor da(o) CONTRATADA(O) estará sujeito à retenção na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) PRESTADORA/PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDORA/FORNECEDOR E CONDIÇÃO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Requisitos para participar da seleção:

8.1.1. A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Agente de Contratação, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d)** Lista de Inidônea(o)s e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6;));

8.1.1.1. Para a consulta de proponente pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item 8.1.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.2. Os estatutos ou contratos sociais da(o)s proponentes deverão ser pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação.

8.2. Critérios de Julgamento da(s) proposta(s):

8.2.1. Procedimento licitatório destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO;

8.2.1.1. O procedimento licitatório deverá resultar na seleção de única pessoa jurídica, a fim de assegurar adequada execução do objeto, notadamente quanto ao prazo, especificações e demais critérios definidos neste Instrumento;

8.2.2. A(O) licitante classificada(o) em primeiro lugar, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o) e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), deverá:

8.2.2.1. **Apresentar informações comprobatórias das características solicitadas**, mediante a remessa de documentos fornecidos pela(o)s fabricantes dos produtos, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais da(o) fabricante na Internet, devendo-se, nesse caso, fornecer URL (*Uniform Resource Locator*) ou apresentar declaração da(o) fabricante;

8.2.2.1.2 Serão aceitos documentos tanto em português quanto em inglês;

8.2.3 O **Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais (NIS)** avaliará os documentos e informações apresentados nos termos do **item 8.2.2.1** e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, por meio de pronunciamento técnico conclusivo pela aprovação ou reprovação da proposta da(o) licitante;

8.2.4 Os critérios de preferência e desempate previstos na Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015 serão adotados na elaboração do Edital;

8.2.5 As regras atinentes ao direito de preferência previstas no Decreto 7.174/2010 NÃO se aplicam ao objeto desta contratação;

8.2.6 Na legislação vigente NÃO há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação desta natureza.

8.3. Requisitos Necessários à Habilitação:

8.3.1. Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

8.3.1.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.1.2. Regularidade perante as Fazendas federal e municipal, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.1.3. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.3.1.4. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.3.1.5. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#);

8.3.2. Será dispensada a demonstração de qualificação **econômico-financeira** e de **capacidade técnico-operacional** como requisitos de habilitação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e constarão do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

a) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686;

b) Natureza da Despesa: Investimento / Outras Despesas Correntes;

c) Fonte de Recursos: 1000 e 1027;

d) Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica);

e) Plano Interno: IEF VIGELE.

10. FORO

10.1. As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se à execução da contratação e aos casos omissos a Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Deverão ser observadas, ainda, a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE.



Documento assinado eletronicamente por **MOYSÉS DANTAS TEIXEIRA, Técnica(o) Judiciária(o)**, em 06/03/2024, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALEJANDRA PÉREZ DE MACHADO, Coordenador(a)**, em 06/03/2024, às 10:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1492914** e o código CRC **3F4F7C72**.